

**ATA DA 267^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO
DO AMAZONAS REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 dias do mês de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h00min, foi conduzida a reunião virtual, via plataforma zoom, do Conselho Fiscal da Instituição Amazonprev, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, em regime ORDINÁRIO. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho Fiscal participaram da 267^a (ducentésima sexagésima sétima) reunião ordinária, atendendo à convocação realizada por meio da Pauta enviada por correio eletrônico pelo Diretor-Presidente da Instituição, dentro do prazo regimental e conforme calendário previamente estabelecido para as reuniões do COFIS em 2026.

PRESENCAS: **Jean Duarte Machado**, Titular, Representante do Poder Legislativo, **Guilherme Barbosa Fernandes**, Titular, Representante do Poder Judiciário, **Roberta Pereira dos Santos**, Titular, Representante da Defensoria Pública, **João Afonso da Silva Araújo**, Titular, Representante do Tribunal de Contas, **Afrânio Correa Lima Junior**, Titular, Representante do Ministério Público, **Tc. Alisson da Silva Henriques**, Titular, Representante da Polícia Militar, **Fredson Bernardo da Silva**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Executivo, indicado pelo SINPOL, **Jaspe Corrêa Filho**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM, **Keytiane Mendes Souza Moreira**, Suplente, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Judiciário, indicada pelo SINTJAM, **Bruno Cordeiro Lorenzi**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Ministério Público, indicado pelo SINDSEMP, **Luiz Carlos Vieira Mariano**, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Tribunal de Contas, indicado pelo SINDICONTAS, o

Diretor Presidente, em exercício, o Senhor **Alan Cardec**, o Senhor **Alan Nascimento**, Coordenador do COMIV, a Senhora **Keydma Maria Ferreira Ponce de Leão**, Gerente de Controle Interno, a senhora **Giza Nazaré**, Gerente de Gabinete, em exercício, a senhora **Dayana Esperança dos Santos**, assessora de gabinete, a senhora **Rilma Costa**, do Sistema de Gestão da Qualidade e a senhora **Flaviana Galúcio**, Contadora. QUÓRUM: O Presidente do COFIS constatou haver quórum suficiente para realizar a reunião, garantindo que as decisões possam ser tomadas por maioria simples dos presentes, nos termos do Artigo 77-A caput e §5º, da LC nº 30/2001. AUSÊNCIAS. Registra-se a ausência justificada do Conselheiro Jefferson de Oliveira Carlos, Titular, Representante do Poder Executivo, por motivo de férias. **ORDEM DO DIA:** Os assuntos pautados para a reunião, após os informes foram: **1. Apresentação Serviço Bradesco. 2. Processo nº. 2026.A.04806 – Relatório de Investimento de abril de 2026; 3. Processo nº. 2026.A.04879 – Relatório de Governança de abril de 2026. 4. Balancete de abril de 2026; 5. Processo nº. 2026.A.03679 – Participação dos Poderes e Órgãos Independentes, na composição do Comitê de Investimentos – COMIV.** Após as saudações iniciais, o Conselheiro Presidente do COFIS, senhor Fredson Bernardo da Silva, conduziu a reunião. Ato seguinte, passou a palavra ao secretário do COFIS para que fosse feita a leitura da Ata da reunião anterior, o que foi feito, e não havendo observações, a Ata da Reunião Ordinária 266ª foi aprovada pelos conselheiros do COFIS. A seguir, o Dr. Alan Cardec informou acerca da nomeação da Dra. Robervane como Diretora-Presidente interina da AMAZONPREV, que ela precisou se afastar durante alguns dias e que durante o seu afastamento, o próprio responderá pela Fundação. O Presidente Bernardo abordou o decreto de abertura de um crédito suplementar destinado à AMAZONPREV, o qual foi revogado pelo Governador e questionou se a AMAZONPREV tem mais informações. O Dr. Alan Cardec disse se tratar de uma movimentação orçamentária realizada diretamente pelo Governo, para cobrir o Fundo Financeiro. Trata-se de um ajuste usual e que

teve repercussão por se tratar da AMAZONPREV. O Conselheiro Afrânio sugere que, no item 6.4 do Relatório de Governança, seja demonstrada a arrecadação da receita que cobre a folha de aposentados. Iniciada a reunião, em ato contínuo, o presidente do COFIS facultou a palavra aos presentes para as considerações sobre os itens da pauta, discutidos, pela ordem cronológica, tendo recebido as seguintes deliberações: **1. Apresentação Serviço Bradesco.** Foi disponibilizada a oportunidade de fala à equipe do Banco Bradesco S.A., sob a coordenação do Sr. Welder Coelho, Diretor Regional Norte, o qual iniciou com uma apresentação geral acerca da Instituição. Em seguida, o Senhor Rafael Ribeiro, Gerente de Portfólio, realizou a apresentação do Bradesco Asset, com cenários e produtos de investimentos. O Senhor Flavio Vetere, responsável pelo segmento institucional da BRAM, agradeceu em nome da Bradesco Asset a oportunidade de realizar a apresentação. O Conselheiro Afrânio, questionou acerca do Fundo DI Premium, se tem carteira também formada com papéis privados. O Senhor Rafael Ribeiro respondeu que sim. Ele é um fundo referenciado DI que pode ter até 50% de crédito privado, entre papéis corporativos e bancários. No nosso caso, orbita-se em algo perto de 40% de crédito privado. O Conselheiro Afrânio perguntou, também, se a recomendação hoje seria de manter ele em nossos investimentos, para evitar, por exemplo, a locação em renda variável. O Senhor Rafael respondeu que, em seu ponto de vista, não mudaria com relação ao que a AMAZONPREV tem em renda variável, muito em função de que se sair, não conseguiríamos voltar, por enquanto. Porém, vê uma ótima oportunidade para ter uma carteira de maior qualidade e pensando ainda na renda variável, faria uma alteração com vistas a sair dos fundos de maior risco, principalmente aqueles fundos de valor, e iria para dividendos, os nossos dividendos ou dividendos da indústria, mas iria para uma carteira de altíssima qualidade. Em contrapartida, quando se pensa no premium, ele talvez seja hoje a sua estratégia com melhor desempenho como um todo. Muito em função da qualidade do portfólio e a menor

volatilidade. Se tiverem oportunidade, levaria para o Paranoá, que é um fundo de altíssima qualidade, sem crédito privado, sendo um fundo que vocês poderiam alocar hoje. E, se você for fazer resgates, tiraria de estratégias que se consegue movimentar. Renda variável e crédito privado, que agora entrou em um momento bastante importante. Foco em qualidade e alocação em títulos públicos. O Presidente Bernardo agradeceu as informações e a parceria com o Bradesco, maior parceiro da AMAZONPREV. O Dr. Alan Cardec destaca que a diretoria tem sempre pensado na questão de que investimentos é tanto a rentabilidade quanto o investimento na nossa própria região. Na sua concepção, não adianta investir o dinheiro fora, é preciso investir aqui na nossa região. Nós precisamos chegar a esse equilíbrio rentabilidade e investimento local. O Dr. Welder Coelho ressalta que o Bradesco é um banco que tem a maior quantidade de pessoas trabalhando no Estado do Amazonas, com novecentos funcionários. Então só aqui já tem um investimento quando a gente fala de imposto, sendo o Bradesco o banco que mais contribui com o Estado em termo de impostos, como também em questões de sustentabilidade. **2. Processo nº.**

2026.A.04806 – Relatório de Investimento de abril de 2026. A)

APROVAR, por unanimidade dos votos, o Relatório de Investimentos de abril de 2026, ressalvadas todas as observações feitas no âmbito deste COFIS, a partir de sua 247ª reunião ordinária, acerca dos investimentos em letras financeiras nos Bancos Master e C6.

B) REGISTRAR as explicações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: O Dr. Alan Nascimento esclarece que a apresentação do Banco Bradesco acabou antecipando a exposição do cenário econômico. Destacou o montante aplicado no segmento Bradesco DI Premium Referenciado, sendo um dos melhores produtos da carteira da Fundação. No decorrer de 2025 se optou por esta estratégia, dada a taxa de juros de 15%, com estes fundos trazendo retorno pouco acima do CDI, o que refletiu no atingimento da meta atuarial. A expectativa para 2026 era de SELIC com processo de queda, o que tem sido realizado. Em maio e junho

tivemos movimentação de saída do DI Premium para compra de títulos públicos. Estamos nesse processo de compra de títulos públicos, considerando o ciclo de queda de taxa e a inflação. Ainda, têm-se questões geopolíticas e um ano eleitoral, com o dinheiro circulando com maior intensidade, o que acaba elevando os preços, e uma inflação pressionada. Já se fala no fim do ciclo de queda da taxa de juros, que pode encerrar o ano em torno de 14%. Esse cenário de incertezas favorece a compra de títulos públicos indexados à taxa de juros. É necessário lembrar que hoje nós somos nível do Pró-Gestão, o que impede a aplicação em ativos classificados como referenciados DI. Tanto que nós já estamos buscando algumas alternativas no mercado em outros segmentos. Uma alternativa é o crédito consignado, que trará um resultado positivo para a carteira. Foi iniciado o processo de estruturação dessa estratégia, com a metodologia para crédito consignado, a qual foi submetida à Diretoria e aos conselhos através da política de investimento. Foi aprovado desde que com aquelas salvaguardas ali que nós tratamos, e caminhamos, agora para a contratação da empresa que vai disponibilizar o sistema. Na página 20 do relatório, destaca-se um resultado em abril muito bom, bem acima da meta. Apesar da inflação ter vindo elevada, e da renda variável oscilar negativamente em abril, o resultado ainda foi positivo na rentabilidade acumulada em doze meses, acima da meta atuarial. Lembra-se que, em relação à operação com o Banco Master, a gente precisaria tomar algumas providências, tanto que fizemos algumas consultas. O Tribunal de Contas se manifestou orientando como tratar a questão dentro do nosso orçamento, a questão contábil, o que já está sendo feito. Financeiramente, no relatório de maio a gente zerou o valor que foi aplicado no Banco Master, por uma questão prudencial. Essa decisão foi embasada em orientações do TCESP, e aguarda-se manifestações do MinPrev e da STN. Por uma questão prudencial, a partir 2026, trataremos a aplicação no Banco Master como 100% de perda, mas considerando que existe o processo de recuperação por meio de recuperação extrajudicial e a ação que

foi tomada de crédito consignado. Seguindo, em relação aos aluguéis registrados também no relatório de investimentos, os colegas estão tratando estas informações para atender ao solicitado pelo COFIS. É importante destacar que a legislação exige que a receita de locação de imóveis para um RPPS supere a meta atual, sendo necessário apurar esse histórico. Esse levantamento está sendo realizado. Com relação ao desenquadramento, alguns fundos que desenquadraram com relação ao limite da resolução. Apesar do prazo ser de dois anos, isso foi submetido à diretoria, para regularização. Na última reunião do COMIV, a renda variável chamou bastante a atenção, dado a sua volatilidade, o que tende a puxar o resultado mais para baixo. É necessário esperar o melhor momento para resgatar. Destaca, ainda, que são os fundos de renda fixa os maiores responsáveis pelo bom desempenho da carteira. O Conselheiro Bruno Lorenzi agradece os esclarecimentos trazidos pelo Dr. Alan Nascimento e, ao citar o segmento de consignados, solicita esclarecimentos no sentido das aprovações desse produto pelo COFIS, já que lembra que haviam sido pedidos esclarecimentos adicionais por ocasião da estratégia, não chegando o COFIS a aprovar essa contratação, mas com pedido de esclarecimentos e estudos adicionais. O Dr. Alan Nascimento explica que o COFIS aprovou a política de investimentos, na qual continha este segmento de crédito consignado. Quando o projeto básico for elaborado, a gente vai trazer todas aqueles itens de segurança que foram discutidos em colocados nas reuniões anteriores à aprovação, para que a empresa contratada de fato traga ali todas as condições. Então o que está aprovado é o segmento de crédito consignado. A forma de contratação ainda está sob análise do nosso setor jurídico. O Conselheiro Bruno Lorenzi agradece, esclarecendo que havia entendido de forma equivocada, como se já existisse uma empresa em vistas de ser contratada, mas que, pelos esclarecimentos do Dr. Alan, conclui-se que o projeto básico ainda será elaborado, visando à escolha dessa entidade. O Conselheiro Jaspe informa que

também se preocupou com a informação inicial trazida pelo Dr. Alan Nascimento, e que a PAI gera a possibilidade das aplicações daqueles, e que se tranquilizou ao saber o rito que a contratação seguirá. Ainda, destacou que o COMIV vem fazendo observações acerca da renda variável, não sendo interessante mexer neste momento. O Dr. Alan Nascimento ratifica esta informação ao afirmar que a principal questão é a guerra entre EUA e Irã, que traz esse impacto inflacionário. É necessário acompanhar os desdobramentos do conflito. O Conselheiro Jean destaca que, em abril, os investimentos no exterior apresentaram um resultado que oscilaram entre positivos e negativos e ressalta que já havia manifestado sua preocupação nas reuniões anteriores, devido ao cenário geopolítico internacional. No entanto, afirmou compreender os esclarecimentos do Dr. Alan Nascimento, haja vista a necessidade de calma na análise desses produtos, não sendo o momento para resgastes. O Conselheiro Jaspe destaca que os valores do relatório de investimentos conferem com os do relatório de governança. Lembra, ainda, da necessidade de envio dos arquivos em formato Excel. O Dr. Alan Nascimento informa que disponibilizará. O Conselheiro Afrânio informa que o Banco Central elevou a categoria do Banco C6, passando de S3 para S2 e aumentando a confiabilidade desse, onde temos um valor relevante em letras financeiras. O Conselheiro Guilherme, ao relembrar algumas solicitações da reunião anterior, na qual o Dr. Alan Nascimento não se fez presente, citou os FIPs, onde constatou novas integralizações em abril. Destaca que havia questionado sobre a possibilidade destas integralizações, tendo em vista o nível atual do Pró-Gestão e pergunta se houve uma resposta do Ministério da Previdência nesse sentido, pois considera temerária tal estratégia de alocação. Assim, reiterou a sua preocupação, sugerindo prudência e pedindo a resposta do Dr. Alan Nascimento. O Dr. Alan Nascimento esclarece que o COMIV busca pelos melhores produtos, sempre com cautela. A aplicação dos recursos em FIPs permite verificar o retorno para a sociedade. Para os RPPS, em

termos de legislação, para que se possa fazer a aplicação no produto como um FIP, a gente vê que há um controle muito grande. Não são todas as instituições que podem fazer a aplicação. Recentemente, o CMN determinou que a aplicação em FIPs ficou restrito ao investidor profissional. Uma outra característica do FIP é a necessidade de você ter uma equipe de investimento muito mais profissional. Então quando a gente olha o que a gente tem de FIP hoje, têm-se os melhores gestores de FIP do país e alguns gestores que atuam principalmente no mercado internacional, gestores grandes. FIP é um investimento que você faz olhando para o futuro. O retorno que esse segmento vem trazendo para o mercado não é somente o financeiro, mas também o retorno na economia onde esses gestores estão atuando, na área de varejo, indústria, na infraestrutura, gerando emprego e renda. A gente também tem o nosso cuidado e cautela de você fazer a diligência e conhecer as instituições. O Conselheiro Guilherme agradece e esclarece que não entrou no mérito do investimento em si, da qualidade do FIP como investimento, muito menos na capacidade técnica do COMIV. Trata-se de uma questão de enquadramento, no sentido do nível atual do Pró-Gestão. Daí a sua preocupação, pela leitura do que deve entender o Ministério da Previdência. O Dr. Alan Nascimento explica que é uma estratégia que a equipe vinha estudando e trabalhando durante muito tempo. O próprio Ministério da Previdência tem acompanhado. Porque ele recebe a nossa política e as informações mensais, bem como solicitar que se mantenha o enquadramento por mais tempo, dado a condição do Pró-Gestão. O Conselheiro Jaspe reforça a fala do Conselheiro Guilherme e destaca a necessidade de um posicionamento do MinPrev. Destaca que o ativo circulante, realizável a longo prazo, aumentou. Então é evidente que houve novas aplicações, com esse aumento substancial do ativo. O Conselheiro Guilherme reiterou dois pedidos em relação aos próprios FIPs, de forma que, dentro dessa sessão de investimentos finalizados, conte a observação em uma expectativa de incorporação desses valores que foram

finalizados, de forma análoga ao desenquadramento. Destaca, também, que a data do desenquadramento é uma informação indispensável. O Dr. Alan Nascimento informa que será providenciado. O Conselheiro João Afonso questiona ao COMIV sobre o monitoramento dos fundos estruturados (págs. 5 e 26). Pelo relatório, verifica-se que eles se encontram dentro dos limites. No entanto, mais de 700 milhões estão aplicados neste tipo de investimento. Ou seja, mais de meio bilhão de reais. Os fundos estruturados são caracterizados pela baixa liquidez. Reforçando o que o Conselheiro Guilherme comentou. O Dr. Alan Nascimento explica que, com relação aos fundos estruturados, temos os fundos multimercado, com parte em ativos indexados ao S&P500, que é o mercado americano. Aí você olha, o resultado deles nos últimos doze meses com rentabilidade, em um período muito positivo para a economia americana. Temos todo o cuidado para que essa liquidez, desses ativos, obedeça estritamente ao nosso cálculo atuarial. O Conselheiro Afrânio destaca que os FIPs têm a curva jota. O Dr. Alan Nascimento responde positivamente. Quando a gente faz um investimento em FIP, começam a vir as chamadas de capital, gerando desembolsos. No primeiro momento esse, há apenas o desembolso. É como se você estivesse comprando a empresa e a estruturando. Então, no primeiro momento, você só tem o gasto. Por isso que quando você olha, em termos de variação, fica melhor no quadro quatro. Você verá que alguns FIPs registram uma variação negativa, devido à chamada de capital. O investimento logo no mês seguinte positiva, a sua rentabilidade. Então, há essa questão do desembolso. Devido à chamada curva jota. Há uma desvalorização, depois ele volta e passa a ter uma valorização positiva, então esse movimento de curva que se chama de curva jota, porque ele se assemelha à letra J. **3. Processo nº. 2026.A.04879 - Relatório de Governança de abril de 2026. A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o Relatório de Governança de abril de 2026, com as devidas observações, excluindo-se a análise das informações contratuais (itens 7.2, 7.2.1 E 7.2.2), que serão

discutidos em reunião extraordinária. **B) REGISTRAR** as explicações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: O Conselheiro Jean Duarte cita o quadro quatro, total dos recursos, sugerindo a ocorrência de um erro de digitação, onde, ao invés de março, seria abril. O Dr. Alan Nascimento informa que será corrigido. O Conselheiro Jean, cita a tabela 8, onde realizou uma comparação entre março e abril. O Presidente Bernardo informa que o cabeçalho do item 4.2 também precisa ser ajustado. O Conselheiro Jean, em análise da Tabela 8, destaca que a renda fixa, dos títulos públicos federais, saiu de 0,78 em março e foi para 1,2 em abril. Então foi um ponto muito positivo. Dessas carteiras da renda fixa, a única que sinalizou positivamente foi Títulos públicos federais. Ainda, questiona sobre o saldo da tabela 8, se houve resgate ou rendimento nesse intervalo de fechamento de um e abertura de outro. O Dr. Alan Nascimento informa que a diferença se trata do Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo, e que irá ajustar. O Conselheiro Jean informa que a tabela 9 também precisa desse ajuste. O Dr. Alan informa que irá corrigir. O Conselheiro Jean destaca o cenário favorável quando se compara abril a março. O Conselheiro Jaspe cita a tabela 14 e questiona se a média da previsão orçamentária está dentro do esperado. A Contador Flaviana responde positivamente. O Conselheiro Jaspe destaca o acréscimo do ativo, tanto no ativo circulante quanto no não circulante, com uma melhoria das aplicações também até o alcance da meta. A Contadora Flaviana informa que, além da rentabilidade dos investimentos, houve uma reclassificação do curto para o longo prazo. Uma diminuição em comparação ao mês de março, mas um acréscimo devido à reclassificação contábil através das compras dos títulos públicos. O Conselheiro Jaspe destaca as recomendações do CONTRIN, dentre elas ações para as certificações CRP e Pró-Gestão. O Dr. Alan Cardec informa que o CRP já foi renovado e que, para o Pró-Gestão, algumas situações dependerão do Estado diretamente, mas a meta é chegar no nível 4. O Conselheiro Jaspe destacou

trecho do laudo do CONTRIN "Não tendo sido identificadas irregularidades graves no escopo analisado até o presente momento. Persistem, contudo, pontos de atenção operacionais e de conformidade. Recomendo o monitoramento, contínuo e a adoção das medidas de aperfeiçoamento sugeridas, observadas as boas práticas de governança". O Conselheiro Jean cita a pág. 31, item 5, recursos concedidos e solicita esclarecimentos da FUNATI. A Contadora Flaviana explica que na competência de abril, não houve nenhum destaque. O Sr. Manuel, da DIRAF, esclarece que o termo de convênio com a FUNATI tem várias atividades para o segurado ativo e inativo. São atividades de qualidade de vida do servidor público, do segurado como um todo, como palestras, atividades de massoterapia, psicologia, pilates. Nós destacamos o orçamento para a FUNATI fazer a contratação desses serviços. O valor é oitocentos mil anual. O Conselheiro João Afonso solicita uma melhor explicação sobre a dotação bloqueada. Item oito da página trinta e três. A Contadora Flaviana informa que é o Executivo quem realiza o bloqueio, para assegurar o orçamento. Se você for ver a realidade do valor das folhas de aposentados e pensionistas, até o final do exercício, é superior a isso, então o executivo faz esse bloqueio, uma prevenção. O Conselheiro Jaspe cita a inserção item 36, no Quadro 01, pág. 54, contrato com Agência de Estado. A Dra. Rilma informa que houve uma replicação, mas que será ajustado. O Conselheiro Jean questiona acerca do controle dos valores bloqueados dos consignados referentes ao Banco Master. A Dra. Rilma informa que está sendo levantado junto ao jurídico. O Dr. Alan Cardec informa que irá encaminhar relatório atualizado. O Conselheiro Jean questionou acerca do ofício enviado ao Estado solicitando tais informações. O Dr. Alan Cardec informou que os valores estão sendo retidos em conta judicial e que não temos acesso e ainda não existe projeção de recuperação total. O Conselheiro Guilherme solicita o registro de que no dia 13 de maio, o senhor presidente do COFIS, com base nas nossas demandas, enviou ofício (anexo) solicitando informações

referentes aos contratos. No dia 18 de maio, a servidora Giza enviou uma mensagem em nome do presidente anterior, Francisco Evilázio, explicando que não seria possível enviar a documentação que foi solicitada pelo COFIS. Desde então, esta análise está suspensa. Destaca a necessidade de agendamento da reunião, com a máxima urgência. Entende que a dificuldade em função da troca na gestão, mas lembra que a AMAZONPREV existe continuará existindo como estrutura, e os servidores precisam ser capazes de trazer informações como as solicitadas pelo COFIS, que são de transparência em relação às contratações, aos contratos, de execução financeira desses contratos. O Dr. Alan Cardec informa que está tratando esta situação, haja vista o grande volume de informações solicitadas. O Presidente Bernardo questiona se até o final de Junho teremos essa documentação. O Dr. Alan Cardec responde positivamente. **4. Balancete de abril de 2026. A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o balancete de abril de 2026. **B) REGISTRAR** as explanações e ponderações dos Conselheiros e demais presentes, dentre as quais: A Contadora Flaviana esclarece que as formações do Relatório de Governança englobaram os dados do balancete, sugerindo que, o balancete sempre seja avaliado após aquele relatório. O Conselheiro Bruno Lorenzi cita pendência citada pela Contadora Flaviana, no que tange ao atraso no envio de demonstrativos contábeis à AMAZONPREV por alguns Poderes. Lembra que já ocorreu outras vezes e solicita que a Fundação formalize esta demanda junto aos órgãos devedores, de forma que os Conselheiros possam acompanhar a devolutiva em suas instituições de origem. A Contadora Flaviana providenciará o Ofício. **5. Processo nº. 2026.A.03679 – Participação dos Poderes e Órgãos Independentes, na composição do Comitê de Investimentos – COMIV.** Item retirado de Pauta. Em função do avançado da hora, já que a reunião se estendeu devido à apresentação do Banco Bradesco (Item 1 desta pauta), o Item 5 será analisado na próxima reunião ordinária do COFIS, tendo todos os Conselheiros concordado com tal alteração. **OUTROS ASSUNTOS: O Dr. Alan**

Nascimento parabenizou os Conselheiros João Afonso, Roberta Pereira e Luís Carlos Vieira pela aprovação no exame de certificação. **ENCERRAMENTO:** O presidente do COFIS, Dr. Fredson Bernardo da Silva, em conjunto com a Administração Superior do órgão, agradeceu o empenho e trabalho dos técnicos e dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do COFIS, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião, às 13:00, da qual eu, Bruno Cordeiro Lorenzi, Secretário, participei e redigi a presente Ata, que assino com os Conselheiros abaixo nominados.

Fredson Bernardo da Silva

Presidente do Conselho, Titular, Representante do Poder Executivo, indicado pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Amazonas-SINPOL

Jaspe Corrêa Filho

Vice-Presidente, Titular, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo, indicado pelo SINDILEGISAM

Bruno Cordeiro Lorenzi

Secretário, Titular, Representante do Ministério Público, indicado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas-SINDSEMP/AM

**ATA DA 267^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO
DO AMAPÁ REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026**

Jean Duarte Machado

Titular, Representante do Poder Legislativo

Afrânio Correa Lima Junior

Titular, Representante do Ministério Público

Guilherme Barbosa Fernandes

Titular, Representante do Poder Judiciário

João Afonso da Silva Araújo

Titular, Representante do Tribunal de Contas

**ATA DA 267^a (DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO FISCAL DA AMAZONPREV FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO
DO AMAZONAS REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026**

Roberta Pereira dos Santos

Titular, Representante da Defensoria Pública

TC. ALISSON DA SILVA HENRIQUES

Titular, Representante da Polícia Militar do Amazonas

Keytiane Mendes Souza Moreira

Suplente, Representante dos Servidores Ativos, dos Inativos e
dos Pensionistas do Poder Judiciário, indicada pelo SINTJAM

Luiz Carlos Vieira Mariano

Titular, Representante do Tribunal de Contas, indicado pelo
Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do
Amazonas-SINDICONTAS